



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Implantação da Usina Termoelétrica Termo São Paulo”, de responsabilidade da AES Tietê S/A, realizada em 18 de agosto de 2011 na cidade de Lorena.

Realizou-se, no dia 18 de agosto de 2011, às 17 horas, no Clube Comercial de Lorena, na Praça Geraldo Prudente de Aquino, nº 1, Centro, Lorena/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Implantação da Usina Termoelétrica Termo São Paulo”, de responsabilidade da AES Tietê S/A., (Proc. CETESB 065/2010). Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Rinaldo Zanini, Prefeito do Município de Canas; Redimilson Artur Quintas, Vice-Prefeito do Município de Canas; Jorge da Silva Faria, Diretor de Planejamento, Obras, Meio Ambiente e Serviços Municipais do Município de Canas; Antonio Sidney Ferreira dos Reis, Diretor de Cultura e Turismo do Município de Canas; Bruno Reginato Araújo Oliveira, Diretor Jurídico da Prefeitura Municipal de Canas; Carlos Januzelli, Chefe de Gabinete do Prefeito do Município de Canas; Eloy Arcídio Trojan, Secretário de Obras e Serviços Urbanos do Município de Uruguaiana; Sérgio Fortes, Diretor de Saúde do Município de Canas; Virgínia Timóteo Vilela, Diretora de Educação do Município de Canas; e Mauro Sérgio Azevedo de Souza, Secretário de Meio Ambiente do Município de Lorena –, aos representantes do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores José Carlos Gomes, Maximilio Miranda de Souza, Eloi Marcos de Souza, Oscar Augusto Rezende de Oliveira, Zé Ritinha, Vereadores do Município de Cachoeira Paulista; Totó e Valdemir Vieira, Vereadores do Município de Lorena; José Roberto Mendes de Almeida, José Carlos Rodrigues do Prado, João Marton, Davi Sávio de Oliveira e Dé, Vereadores do Município de Canas; – e dos órgãos públicos – nas pessoas do Exceletentíssimo Senhor Wagner Giron de La Torre, Defensor Público do Estado de São Paulo; dos Ilustríssimos Senhores Tenentes Medina e Celso, representantes da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo; e Vinicius Garcia Mattei e Evandro Gonçalves Chaves, representantes da Floresta Nacional de Lorena – ICMBIO do Município de Lorena –, das organizações da sociedade civil – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Mário Luiz Vieira, Superintendente do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira – e das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Implantação da Usina Termoelétrica Termo São Paulo”, de responsabilidade da AES Tietê S/A. (Proc. CETESB 065/2010). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos, projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Deliberação CONSEMA 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA e do COMDEMA que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito o fizesse. Declarou que se encontrava presente, nesta audiência, um representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, o geógrafo Celso Mazottini Saes, a quem convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, que era presidida por ela, Secretária-Executiva Adjunta, e integrada por um representante do CONSEMA eleito entre aqueles que se fizessem presentes, que havia comparecido apenas a conselheira Ana Maria Gouvea, a quem igualmente convidava para compor à Mesa Diretora dos Trabalhos. Oferecidas essas explicações, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Ricardo Cyrino, engenheiro e diretor da Desenvolvimento de Projetos da AES Tietê S/A, apresentou breve histórico da empresa, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos. Ricardo Simonsen, engenheiro e diretor da Mineral Engenharia e Meio Ambiente, apresentou, com detalhes, todas as análises que compunham o Estudo de Impacto Ambiental–EIA e o respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–RIMA. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Alexandra Andrade, representante do Instituto Oikos de Agroecologia do Município de Lorena, declarou inicialmente ter-se surpreendido com as informações transmitidas no início da audiência, por não serem aquelas que constavam do Estudo de Impacto Ambiental ao qual a população teve acesso. Referiu-se a ter constatado, nos dois meses que acompanham esse processo, serem as dispersões atmosféricas um dos fatores mais polêmicos desse empreendimento, como reelaram os estudos elaborados pelos especialistas em clima que são vinculados ao Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE. Os dados a que chegam os estudos realizados por esses pesquisadores são discrepantes daqueles apresentados pelo EIA/RIMA e aos que foram apresentados no início da audiência. Ancorada no fato de não existirem sobre essa região dados que permitam elaborar um planejamento, o Instituto Oikos, considerando que a Política Estadual de Mudanças Climáticas, Lei Estadual nº 13.978/2009, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 55.957/2010, objetiva, entre outras finalidades, contribuir para a redução dos gases do efeito estufa na atmosfera; considerando a meta de se reduzirem, no Estado de São Paulo, até 2010, 20% das emissões de gases de efeito estufa, com base no inventário de emissões de 2010; considerando que o artigo 32 da referida legislação estabelece que, por ocasião do licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte, devem ser observados, como é o caso desse empreendimento, o alto consumo energético e seus efeitos no



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que concerne às mudanças climáticas; considerando que o artigo 23 do decreto acima referido estipula o zoneamento ecológico-econômico como instrumento básico e referencial para o planejamento ambiental e para a gestão do processo de desenvolvimento, por ser capaz de identificar a potencialidade e vocação de um território, tornando-o a base de um desenvolvimento sustentado; e, considerando, por fim, que, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 2º dessa legislação, o zoneamento ecológico, na distribuição das atividades econômicas, levará em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território, este instituto solicita à CETESB e ao CONSEMA, dada à inexistência desse zoneamento ecológico, que suspendam o processo de licenciamento da Termo São Paulo, até que seja elaborado o Zoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, através do qual se tenham definidas as potencialidades naturais dessa região, assim como suas fragilidades, pois, sem conhecê-las, não se conhece a capacidade da região de absorver um empreendimento de tão alto potencial de emissão de gases de efeito estufa. Reiterou, ao concluir, que esse processo de licenciamento seja suspenso, para que a legislação do Estado de São Paulo se faça cumprir. Ingrid Schnoor Nunes, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Lorena, declarou que alguns cidadãos de Canas lhe pediram para apresentar, nessa audiência, esses frutos da agricultura familiar que eles praticarem na terra que é limpa em decorrência da boa qualidade do ar. Vinicius Garcia Mattei, presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Lorena – COMMAM, depois de oferecer informações sobre o Conselho que ele representa – sua composição e objetivos –, chamou atenção para o fato de o presidente do Conselho não ser o Secretário Municipal de Meio Ambiente, o que garante transparência e democracia em seus procedimentos. Relatou ter tomado conhecimento do empreendimento que se discute em março de 2011, quando foram feitas apresentações para o Conselho tanto pela empresa como por técnicos da Floresta Nacional vinculada ao Instituto Chico Mendes, e que vários conselheiros e colaboradores, a partir de então, envidaram esforços para analisar o Estudo de Impacto Ambiental apresentado. Acrescentou que o resultado dessa análise são os documentos que foram entregues e protocolados pela Mesa Diretora dos Trabalhos que coordenou os trabalhos da audiência pública realizada na cidade de Canas. Argumentou que todo o esforço de participação despendido tem como objetivo fazer frente aos poucos cuidados dispensados às audiência pela Secretaria do Meio Ambiente e pelo CONSEMA, a ponto de os cinco volumes do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo RIMA – que perfazem, ao todo, 1 mil e 500 páginas – só terem sido colocados à disposição dos cidadãos, para consulta, um mês antes da realização da audiência de Canas e somente durante o horário comercial. Teceu comentários sobre a péssima qualidade dos estudos que compõem o EIA/RIMA configurando-se uma peça de ficção, o que demonstra o total desrespeito para com a sociedade. Informou ainda que, pelo fato de o empreendedor ter-se omitido a fornecer esclarecimentos à população sobre as consequências do funcionamento do empreendimento, coube ao COMMAM a aos seus colaboradores realizar essa tarefa. Ao concluir solicitou fossem respondidas, pela equipe técnica e por escrito, as seguintes questões: 1º) por que o Município de Lorena não foi reconhecido como área de influência direta do empreendimento, dado que seu território será alcançado pelas emissões atmosféricas que ele lançará; 2º) por que não foram avaliados os impactos nas atividades socioeconômicas realizadas no Município de Lorena. Fernando Henrique Nogueira Pereira, representante da entidade Juventude Atuarante com Esperança Social e Cultural, declarou que essa entidade acolhe os interesses dos jovens, não somente da cidade de Taubaté, São José dos Campos e Caçapava – que sofrem com problemas relacionados com o chumbo –, como também daqueles que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

residem em Canas e Lorena, e que, em relação ao empreendimento que se discute, fazem os seguintes questionamentos: 1º) por que a audiência pública não é realizada em todas as cidades que sofrerão os impactos causados pela obra; 2º) por que o CONSEMA não respondeu os ofícios que lhe foram enviados com a solicitação de realização de novas audiências; 3º) por que o CONSEMA e a CETESB não realizam as audiências públicas em dias e horários que facilitem a participação da população de toda a região – Cachoeira Paulista, Silveiras, Bananal, Taubaté, Cunha e São José dos Campos – já que serão causados impactos regionais. Otávio Cândido da Silva Júnior, representante da Associação dos Funcionários da Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, declarou que, como professor de filosofia, tem discutido as questões que vieram à tona com os alunos e que entende ser a comunidade escolar favorável à implantação dessa termoeletrica, uma vez que ela pode realizar seu anseio de desenvolvimento. Reconheceu a necessidade de a cidade de Canas se desenvolver e que não deve ser empecilho para tanto possíveis impactos ambientais que o desenvolvimento possa promover. Argumentou que gerar energia todo mundo precisa e não se pode, pela sobrevivência de uma rã, obstruir sua produção para uma região inteira, e que, muitas vezes, a gasolina que move os automóveis lança no ar muito mais enxofre do que algumas medidas que podem gerar desenvolvimento. Pontuou ser contrário à geração da energia atômica, dado que existem outras alternativas, mas que pretende apenas sugerir, e não ter razão. José Fernando Pesquero, vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, declarou ter muita experiência na área de modelagem e comentou sua perplexidade com a pretensão de se implantar uma termoeletrica numa região que é um vale, pois, como é sabido, nessa conformação geográfica inexitem correntes de vento e, conseqüentemente, condições favoráveis à dispersão de poluentes, o que é reconhecido pelo RIMA. Esclareceu que, com base em pesquisa realizada em 2010, constatou-se que a velocidade dos ventos em Macaé é em torno de 7m por segundo e, em Guaratinguetá, 2 m por segundo, tornando-se possível afirmar-se que, em Canas, a concentração de poluentes será seis vezes maior do que em Macaé. Comentou sua perplexidade com a disposição de novo documento às vésperas da audiência, revelando desrespeito com o cidadão, dada a sua impossibilidade de analisá-lo dada a exiguidade do tempo, que se torna maior ainda com a observância do horário comercial. Selise Renart, presidente da Associação de Moradores de Nova Lorena, observou que, embora sejam pequenos, existem riscos de ocorrer explosões, principalmente por se tratar de gás altamente inflamável, razão por que perguntava: se a usina contará com efetivos do Corpo de Bombeiros; se possui equipe própria de primeiros socorros; se possui plano de evasão – requisitos estes relacionados com infraestrutura na área de saúde e da qual a região não dispõe. Questionou também os impactos esperados na população e no meio ambiente – se são diretos, prolongados e irreversíveis – e solicitou respostas para todos. Nelson Pesciotta, vinculado ao Instituto de Estudos do Vale Paraibano, observou que se estava diante de problema complexo, como demonstravam as declarações feitas, principalmente no que concernia à ausência de planejamento regional, e, em especial, do Rio Paraíba do Sul, que era altamente explorado e, até mesmo, mutilado, pois algumas atividades em curso colocam em risco o fluxo de suas águas. Argumentou que a situação piorará se, realmente, forem implantados os projetos de hidrelétricas em análises na SMA. Fez referências ao projeto que se defendia na década de 40 de se cavar a Serra do Mar, através dela jogar-se a água necessária para se produzir energia elétrica em Caraguatatuba, ao que a antiga Light se opusera. Lembrou que o projeto de redenção sempre anunciado nunca se concretizou e se tem vivenciado um rosário de experiências malsucedidas, que não gostaria de lembrar para não causar desgosto aos empresários. Mário Luís Vieira, superintendente do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, Mantiqueira e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Litoral Norte – CODIVAP, apresentou o consórcio citando dados sobre sua composição e relatou que, em reunião do dia 28 de junho último, ele aprovou uma moção nesses termos: “O CODIVAP – Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, Mantiqueira e Litoral Norte, fundação que congrega 44 municípios da região, vem demonstrar seu apoio ao Município de Canas, no que concerne à instalação de usina termoeleétrica. A instalação da referida usina se faz necessária já que a mesma gerará empregos diretos e indiretos, e, com isso, maior desenvolvimento da região e do Município. Assim sendo, os prefeitos abaixo-assinados demonstram seu total apoio à referida instalação. Eduardo César, Prefeito do Município de Ubatuba; Márcio Siqueira, Prefeito do Município de Aparecida; Carlos Vilela, Prefeito do Município de Caçapava; Ana Lúcia Birardi, Prefeita do Município de São Luís; Reinaldo Zanir, Prefeito do Município de Canas; Ana Karen, Prefeita do Município de Cruzeiro; José Sérgio de Campos, Prefeito do Município de Lagoinha; Marco Bertaioli, Prefeito do Município de Mogi das Cruzes; Gabriel Vargas, Prefeito do Município de Monteiro Lobato; João Carvalho, Prefeito do Município de Natividade da Serra; João Ribeiro, Prefeito do Município de Pindamonhangaba; Marcos Galvão, Prefeito do Município de Roseira; Ildefonso Mendes, Prefeito do Município de São Bento de Sapucaí (assinaturas). Carlos Roberto de Toledo Ribeiro, vinculado à Cooperativa de Laticínios de Lorena e Piquete, declarou saber os motivos da escolha do Município de Canas para sediar a nova hidrelétrica, quais sejam, localizar-se a 10km do Rio Paraíba do Sul, o que permite sejam os custos operacionais bem menores. Em outras palavras, declarou que o motivo é a proximidade das fontes de recursos, e não qualquer preocupação com a população do Município de Canas e do Vale do Paraíba. Contrariamente, observou, a população e os trabalhadores rurais se preocupam com a desvalorização dos imóveis, seu possível remanejamento da região e outros aspectos e fatores que ainda virão à tona e que colocam a necessidade de se contratar técnicos que identifiquem as melhores opções. Bruno Rodrigues do Prado, representante do Grupo de Estudos e Conscientização Ambiental de Taubaté, declarou inicialmente ser sua principal preocupação a emissão pela empresa de 428 toneladas de óxido de nitrogênio. Pontuou, também, que o ozônio de baixa atmosfera – chamado de ozônio troposférico – é capaz de prejudicar as funções do pulmão e, assim, reduzir a resistência do organismo, e que uma série de pesquisas científicas realizada pela Faculdade de Medicina da USP revelam que, além de agravar esses males, o ozônio troposférico também contribui para aumentar os riscos de incidência de doenças do coração, asma, bronquite, enfisema pulmonar e câncer. Inacreditavelmente, acrescentou, não há nos estudos qualquer referência a esse poluente, a não ser quando o EIA apresenta os índices de saturação do ozônio em vários momentos do ano, embora a revelação desse dado não tenha impedido de se duvidar da viabilidade ambiental do projeto. Enfatizou não ser contrário ao desenvolvimento da região, desde que o preço pago por ele não seja a saúde da população. Lembrou terem sido ultrapassados vinte e seis vezes, em Macaé, os padrões para emissão do ozônio, segundo estudo elaborado pelo Departamento de Meteorologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que, em seu parecer, afirma: “Os resultados obtidos sobre a velocidade dos ventos demonstram que maiores concentrações de ozônio são verificadas quando o vento é proveniente do setor nordeste, onde se localiza a Central Termoeleétrica, conformando a principal fonte de óxido de nitrogênio na região”. Antonio Afonso Cordeiro Junior, representante da entidade Mocidade de Lorena, declarou inicialmente ser contrário à implantação dessa usina em Canas e igualmente a que se elaborem estudos novos nessa etapa do processo, uma vez que é inviável consultá-los, o que aconteceu recentemente e lhe pareceu inconstitucional. Lamentou que algumas pessoas se posicionassem favoráveis à implantação do empreendimento, com base na existência de outros na região que já



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

promovem a poluição. Informou ser a responsável pelo empreendimento – a AES Tietê Ltda. – uma empresa norteamericana que adquiriu, entre outras, a franquia da Eletropaulo, por aproximadamente 1 bilhão e meio de reais, que até então não foram pagos. Convocou todos a consultarem o EIA, o capítulo relacionado com a dispersão de poluentes, precisamente a dispersão de NOX e de óxido de nitrogênio, onde se afirma que a concentração desse poluente pode chegar a 1.623 microgramas por metro cúbico, embora a norma ambiental estabeleça que a concentração máxima deva ser 260. Talvez, acrescentou, essa alta concentração possa ser uma falha. Lembrou também que, em cinco anos de funcionamento, a usina instalada no interior do Município de Macaé contribuiu para o aumento da incidência de doença respiratória na – precisamente triplicando sua ocorrência. Lamentou o fato de AES contratar bons técnicos para elaborar estudos idôneos, e, depois, manipular os dados que eles apresentam. Propôs, ao final, que, em vez de investir 1 bilhão e alguma coisa de reais nesse empreendimento, a AES devesse quitar sua dívida com o BNDES. Fábio Tenório, vinculado à Igreja Assembléia de Deus, declarou que era ambientalista, mas não hipócrita, enquanto muitos que se posicionaram contrariamente à implantação da usina porque emitia poluentes, possuíam carros movidos a gás, por se tratar de combustível barato, apesar de lançar na atmosfera alguns poluentes. Lembrou ser a hipocrisia assunto sério, convidando todos a fazer uma reflexão a respeito, e declarou não possuir procuração da empresa ou de qualquer para falar sem seu nome. Lembrou que inquestionavelmente era contrário às pseudolideranças políticas que permitiram o lançamento, sem o necessário tratamento, de dejetos de recicladoras no Rio Canas. Declarou não ser irresponsável a ponto de manipular as massas, divulgando em sítios eletrônicos, abaixo-assinados que começam com o número 292, sugerindo massiva adesão, embora apenas 16% da população ali se fizesse representar. Concluiu afirmando que havia preconceito político contra a cidade de Canas; que virar as costas era atitude dos fracos e covardes, pois só os fortes enfrentam os obstáculos; e que desejava a melhoria da qualidade de vida da cidade e da região onde mora, e, portanto, uma matriz energética limpa; redução da poluição e maior segurança na instalação das termoeletricas. Clamou, ao final, por “política, sim, politicagem, não; saúde, sim, respeito, sim, desenvolvimento sustentável. Tiaraju Fialho, representante da Associação Promocional da Vila Cristina, inicialmente protestou contra o desrespeito da AES Corporation, denominada nos estudos sobre esse empreendimento como AES Tietê Ltda., por ameaçar a população com esse projeto inconsequente, e pelo fato de não pagar suas contas nem cumprir seus contratos, embora divulgue altos padrões corporativos e técnicos, pois é sabido por todos que ela nunca pagou um centavo do empréstimo que tomou do Banco Nacional de Desenvolvimento para comprar a Eletropaulo, quase levando esse banco à falência em 2003. Lembrou ser o objetivo do BNDES promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais. Lembrou ainda que, apesar de não ter pago nenhuma parcela da dívida, ou seja, apesar do calote que impôs ao BNDES, a AES obteve um lucro líquido de 192 bilhões de reais no primeiro trimestre de 2011, distribuindo dividendos e enviando lucros obtidos no Brasil para sua matriz nos EUA. Declarou que, embora o Governador Alckmin tenha dito que a AES pode vir a perder a concessão, o Secretário de Energia do Estado, José Aníbal Peres, contesta o explosivo crescimento do lucro da AES, enquanto a qualidade de seus serviços piora. Prosseguiu afirmando que o Vice-Presidente da empresa, em relatório para seus acionistas, comunica que o Projeto Termo São Paulo obedece o cronograma, que a empresa já comprou o terreno para implantação da usina, e que a fase em que se encontra o processo de licenciamento permite sua participação no leilão de energia que acontecerá no final do ano. Não faz qualquer menção ao pagamento da dívida com o BNDES, acrescentou.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Lembrou que a AES Tietê Ltda. Parece ignorar que a CETESB ainda não se pronunciou sobre a solicitação da licença ou será que o presidente da empresa desconhece a legislação brasileira e encara as audiências como meras formalidades burocráticas. Lembrou ao Conselho que essa tentativa de implantar uma usina em Canas é só o início das afrontas e do pouco caso da AES com a legislação brasileira, desconsiderando o artigo 9º da Resolução CONAMA 01/86. questionou em que se baseava tamanha segurança. Conclamou o CONSEMA, as autoridades públicas, os promotores e defensores públicos para tomarem providências imediatas contra essa empresa, no sentido de responsabilizá-la pelos prejuízos que vem causando à sociedade brasileira. Além dos inúmeros impactos negativos, diretos e permanentes – que a empresa de consultoria insiste em considerar irrelevantes - que essa usina promoveria. Adilson Roberto Gonçalves, vinculado à Academia de Letras de Lorena, observou que a questão mais importante que se discute atualmente no âmbito da ciência é a ética profissional, a ética científica, que não aparece na forma como a empresa apresenta e defende seu projeto. Observou que hoje foi apresentado projeto distinto daquele mostrado anteriormente, que provoca impactos consideráveis na produção de alimentos. Enfatizou que seu posicionamento contrário à implantação da usina não objetivava nenhum cidadão de Canas, mas, sim, a defesa do meio ambiente, que não tem fronteiras, pois estas são estabelecidas pelos homens em decorrência de nossos interesses, de nossa história e nossa política. Observou ter sido esse empreendimento discutido pela Academia de Letras de Lorena, precisamente no que concerne aos impactos sociais, culturais e na saúde que ele promoveria. Argumentou que os 700 postos de trabalho que serão criados não poderão ser preenchidos pela mão de obra existente na região, por se tratar de construção metalomecânica, que exige profissionais altamente especializados, que virão de fora e até mesmo trazer suas famílias, embora não exista a infraestrutura necessária para atender essa demanda que surgirá. Enfatizou que, por todos esses motivos – impactos ambientais, sociais e na saúde e a inadequação da região para dispersão dos poluentes - se posicionava contrariamente à implantação do empreendimento, solicitava fossem respondidos, por escrito, os questionamentos feitos e realizada mais uma audiência pública no Município de Lorena. Ariovaldo Cerati, representante da Associação dos Arrozeiros de Uruguaiana, esclareceu inicialmente que representava também as Faculdades Integradas Teresa D'Ávila, a Comissão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Instituto Riograndense de Arroz e o Comitê da Baixa Hidráulica do Rio Ibicui do Rio Grande do Sul, explicou que passaria a contar o que aconteceu na região onde cultiva o arroz no bioma pampas, atividade que, como todas as demais, se subsume à legislação ambiental que atrela o desenvolvimento dessa atividade à obtenção de licença de operação. Relatou a situação enfrentada no processo de instalação de uma termoeletrica à base de arroz, que não sobreviveu à legislação ambiental do Rio Grande do Sul. Teceu considerações sobre a utilização da água por esse empreendimento, inclusive pela evaporação, a emissão de gases, inclusive de efeito estufa, e os problemas que causam na saúde da população. Relatou também as aquisições da região, como o Parque do Espinilho, Jardim Botânico, certificação da produção orgânica, e, ao concluir, declarou que ficava feliz ao notar que os brasileiros se preocupavam com o meio ambiente e com a saúde. Ademar Ligabo, presidente da Associação Rural de Canas, declarou, inicialmente, que as informações oferecidas sobre os Rios Macaé e Uruguaiana não se aplicam ao Rio Canas, porque este último é apenas um filete de água, enquanto a extensão do Rio Macaé é maior que a do Paraíba, e que se mente tanto ao afirmar que os afluentes desses rios não têm contaminantes. Acrescentou que, sem dúvida, tanto a qualidade do ar como das águas da região serão afetadas com o funcionamento das pequenas hidrelétricas, e, no que concerne às águas, elas não mais serão adequadas para a produção de alimentos, embora sejam mentirosos e inconsistentes os sérios ataques políticos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que o Município de Canas vem sofrendo, principalmente quando afirmam que as verduras cultivadas no Município possuem veneno. Lembrou o sucesso obtido com a rizicultura, ao se conseguir o dobro da produção em uma mesma área, o que se deve ao suor do produtor. Arrematou afirmando que, quando um político se põe a falar de desenvolvimento sustentável, ele revela não saber o que isso significa, ou seja, que se trata de um desenvolvimento que não ultrapassa os limites dos recursos naturais, não se coloca em posição hegemônica em relação aos recursos de que a Natureza dispõe. Paládia de Oliveira Romeiro da Silva declarou que, como cidadã, comparecera à audiência para relatar seu posicionamento favorável ao desenvolvimento sustentável, que inclui energias sustentáveis, energias renováveis, e que considerava o uso de combustível fóssil um passo para trás, o que contrastava com a imagem que o Brasil desfrutava no Exterior, como país do futuro, rico em fontes de energia e em biodiversidade. Declarou que se posicionava contrariamente à proposta de se queimar o carbono, tanto pela sua contribuição para o aquecimento global como por não se levar em conta o trabalho que a Natureza teve de depositá-lo no solo. Manifestou seu medo de se tornar prisioneira da lei, até mesmo porque o que as normas legais estabelecem muitas vezes não é suficiente para preservação da Natureza. Declarou não acreditar que as condições ambientais, com o funcionamento do empreendimento, permanecerão no limite do aceitável, como afirmado anteriormente, e que se deveria lutar, até mesmo porque a legislação ambiental respeita o direito da população de se manifestar e até mesmo de impedir que empreendimentos que causam significativos impactos sejam implantados. Afirmou que a população não deve baixar a cabeça, deve unir-se e manifestar seu posicionamento, apesar de não ser contrária ao desenvolvimento, até porque ele enseja a criação de empregos. Argumentou ser um comportamento comum das grandes empresas procurarem pequenas cidades cuja população não está ainda bem organizada, ainda não está madura o suficiente para impedir ou permitir que licenciamento de empreendimentos como esse prossiga, embora tenha confiança nos órgãos ambientais. Solicitou, ao final, fosse concedido prazo de alguns meses para se discutir melhor o projeto, após o que deveriam ser realizadas audiências em Lorena e Cachoeira Paulista e mais uma em Canas. Observou que a legislação ambiental garante o direito à informação, o direito à publicidade no contexto do licenciamento ambiental, e que, mesmo assim, o EIA/RIMA, que é um estudo complexo, com mais de 1 mil páginas, ficou disponível em locais públicos, como na biblioteca e na prefeitura, e tão somente no horário comercial. Observou também que se foi surpreendido, no dia anterior, com um novo estudo que foi colocado à disposição, que deveria ser baixado da internet pela população, o que consigna nulidade do processo. Ao final, denunciou não terem sido respondidos, até o momento, os questionamentos que formulou por ocasião da audiência de Canas. Esclareceu que a OAB, seção de Lorena, tem acompanhado o inquérito civil que a Promotoria de Meio Ambiente de São José dos Campos instaurou para avaliar esse empreendimento como um todo, e que acredita ser muito importante o acesso da população de todos os dados a seu respeito. Até mesmo porque - completou – se a população de Lorena não tivesse lutado, essa audiência não havia sido realizada. Ao final, solicitou ao Prefeito de Cana que informasse se era verdadeira ou não a informação veiculada de que os funcionamentos da Prefeitura estavam sendo coagidos a assinar abaixo-assinados pedindo a implantação da usina, pois, caso contrário, seriam demitidos. Helton Perillo, representante do Sindicato Rural de Lorena, comentou ser contrário à implantação da termoeletrica, pois só seria aceitável sua implantação da termoeletrica, se realizados alguns acertos no projeto básico. Comentou que os impactos e riscos ambientais são significativos, o que torna imprescindível sejam implementadas medidas necessárias à sua contenção, entre outras: 1) devolução às suas origens das águas do Rio Paraíba, cujo volume é



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

bem maior que o do Ribeirão Canas; 2) maior controle dos particulados; 3) dissipação das fumaças e dos afluentes gasosos; 4) melhoria do sistema de retenção de ruídos, e 5) conforto acústico. Pontuou que, embora a AES atualmente aceita promover algumas dessas mudanças, e, como é sabido, fez novas análises sobre a dispersão dos gases, o que significa que o estudo anterior não era satisfatório e que, inquestionavelmente, o funcionamento da termoeletrica trará prejuízos ambientais, sociais, sanitários e econômicos, sem a contrapartida do desenvolvimento. Acrescentou que o Conselho de Meio Ambiente de Lorena assumiu também posição contrária à implantação dessa usina, e, por isso, tem sido contestado. Enfatizou o direito de se ter uma vida melhor – e não pior –, ou seja, ter qualidade de vida quem reside na região. Enfatizou que o consumo de gás é significativa, correspondendo a um consumo dez vezes maior do que o da frota de veículos da região, aspecto este problemático, considerando-se a ausência de ventos e, conseqüentemente, as dificuldades para que ocorra sua dispersão na atmosfera. Também a emissão de material particulado causará problemas de saúde na população, porque, depois de passar pelos filtros nasais, ele se aloja nos alvéolos do pulmão, e não em outro lugar. Propôs que, em face desses problemas fosse realizado estudos mais rigorosos sobre os efluentes gasosos, especialmente no tocante aos gases de nitrogênio, que, dependendo da jazida, pode possuir maior teor de enxofre. Afirmou ter tido acesso aos relatórios sobre efluentes – quantidade e qualidade –, os quais deveriam tornar-se disponíveis aos órgãos e instituições da sociedade, entre os quais a Secretarias de Estado do Meio Ambiente. Comentou também os malefícios que as emissões de gases na atmosfera traria para a produção orgânica, que não admite adubação química, e, em hipótese alguma, agrotóxicos, e, apesar desse risco, o EIA/RIMA não faz qualquer referência a ela. Celso Luiz Guaglia, Diretor Adjunto do SIESP do Vale do Paraíba, declarou que estava preocupado com tudo o que ouviu, pois imaginou que se discutiria nessa audiência tão somente a instalação da termoeletrica, e o que viu e ouviu foram agressões, informações desconcertantes e falta de respeito para com a empresa responsável pelo empreendimento. Argumentou ter comparecido por acreditar que, como engenheiro químico, depois de ouvir as análises sobre os estudos, poderia contribuir com algumas informações. Declarou não ser contrário nem favorável ao empreendimento, não ter sido aliciado pela empresa, com quem não tem nenhum contrato, mas que tinha a dizer que o gás que o empreendimento queima é natural, é o menos poluidor dentre os combustíveis fósseis e que há muito tempo vem sendo utilizado pelos grandes centros. Informou também ter sido desenvolvido do um gás natural próprio para veículos – o GNV -, obtido da queima da gasolina e do óleo diesel e cujas emissões são menos poluidoras. Argumentou que, a seu ver, diminuir a poluição requer parar de usar automóveis e passar a utilizar trem elétrico. Lembrou que só no Estado de São Paulo se queimam 14 milhões de metros cúbicos por dia desse gás, e, no Brasil, 47 milhões. Informou que o sítio eletrônico da COMGÁS possui informações importantes a respeito desse gás. Lembrou também que a BASF utiliza incinerador a gás há muitos anos e nada foi dito a seu respeito. Ao concluir pontuou que é importante decidir o que se pretende para o desenvolvimento de Lorena e do Vale do Paraíba. Passou-se à etapa em que se manifestam aquelas pessoas que, sem representar qualquer entidade, falam em seu próprio nome. Ana Beatriz Barbosa, munícipe da cidade de Canas, posicionou-se favoravelmente à instalação da usina no município, aduzindo as razões desse seu posicionamento. Declarou acreditar na idoneidade do empreendedor e na habilitação e experiência adquiridas ao longo de bem sucedidas experiências com a implantação de termoeletricas movidas a gás natural, e citou o exemplo de Macaé. Comentou que a mesma preocupação ambiental expressa pela municipalidade na figura de seu ilustre prefeito também a possuíam os empreendedores. Prestou suas homenagens ao Dr. Jorge Faria, representando naquele



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

evento a municipalidade, e enalteceu em particular a criação da Diretoria de Agricultura, que qualificou importante instrumento de amparo e fomento à atividade rurícola. Enfatizou a importância da vinda da AES para Canas, fato que haveria de alçar o município a posição de destaque no cenário vale-paraibano, com melhoria nos níveis de renda e desenvolvimento populacional. Terminou seu pronunciamento citando Roosevelt, nestes termos: “Convém a cada homem lembrar que o trabalho do crítico é de importância completamente secundária, e que, no final, o progresso é realizado pelo homem que faz muitas coisas”. Joel Souza comentou que todos desejavam ardentemente o melhor para o município de Canas. Declarou esperar rigidez da parte do órgão licenciador na prevenção e no controle dos impactos decorrentes do empreendimento, e parte tanto confiar integralmente na capacidade técnico-científica dos especialistas para tanto designados. Protestou contra manifestações anti-democráticas que, na véspera como naquele dia, estariam a impedi-lo de livremente se expressar na audiência, nos termos em que regimentalmente assegurado. E arrematou que, uma vez licenciada a obra, caberá aos órgãos para tanto competentes o controle de suas atividades. Luiz Sattim, pedagogo, observou que não havia motivo razoável para que o empreendimento não se instalasse em Canas. Declarou estar convicto de que o empreendimento trará toda sorte de benefícios ao município; que as questões ambientais serão tratadas com o necessário rigor pela CETESB, em todas as etapas do licenciamento; e que o Ministério Público do Meio Ambiente, a exemplo do que sempre primou por bem fazer, continuará a zelar pela manutenção do direito constitucional a um meio ambiente saudável. Reiterou ao final seu apoio ao empreendimento. Luiz Felipe Cezar, após parabenizar a todos pela forma ordeira e democrática com que era conduzida aquela audiência pública, patenteou sua preocupação com a falta de planejamento regional no Estado, em cujo contexto se desdenha uma abordagem do desenvolvimento com vistas ao futuro. Opinou que, no empreendimento sob análise, estava a se discutir uma modalidade de energia do passado, em contraste como a tendência de outros países latinos, como o México, que exhibe interessante experiência no âmbito da geração de energia solar, e lançou a indagação acerca do que se deseja privilegiar em Canas: uma visão de futuro, voltada para formas limpas de produção energética, ou prosseguir-se no erro histórico da queima de combustíveis fósseis, um dos grandes responsáveis pelos danos ambientais ao planeta. Brasília Laurito Prado, professora, inicialmente refutou dados apresentados pelo empreendedor, e segundo os quais o manifesto de oposição ao empreendimento, inserido na internet, teria já começado com duzentas subscrições. Anuiu com a necessidade de se gerar energia para que garanta o desenvolvimento, mas defendeu fontes menos agressivas ao meio ambiente que termoeletricas, a exemplo do que citou as pequenas centrais hidrelétricas. Argumentou que, com a operação do empreendimento, Canas sofrerá significativos impactos – piora na qualidade do ar, contaminação das águas e consequentemente das lavouras e dos rebanhos, entre outros. Questionou a qualidade e a eficácia do tratamento das águas que servirão ao resfriamento das turbinas da termoeletrica, posto que contaminada por resíduos de difícil eliminação, como óleo e alguns ácidos, manifestando também preocupação com a biodisponibilidade dessa mesma água face ao consumo ampliado. Observou, a respeito, que em algumas épocas do ano a irrigação das hortas e plantações de arroz e seu consumo pelo gado leiteiro são por si só capazes de quase esgotar a água do município, a propósito do que patenteou sua preocupação particular com o Ribeirão de Canas. Declarou ao final confiar nos técnicos da CETESB e na SMA, através do CONSEMA, para que os dados apresentados pelo empreendimento sejam em profundidade considerados, e o empreendimento, ao final rejeitado, e reiterou sua oposição à instalação da usina em Canas. Valdez de Lucena Filho protestou quanto ao caráter antidemocrático como vem sendo conduzidos os debates acerca do empreendimento pela



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

AES. Comentou que, diversamente do que declara a empresa, os jovens têm se posicionado sistematicamente contra a implantação da termoeletrica, o que facilmente podia ser aferido pelo material postado em conhecidos sites de relacionamento. Manifestou sua recusa ao projeto conforme apresentado, e observou que nem todas as prefeituras da região corroboram com o empreendimento. Denunciou prática fisiologista na prefeitura de Canas. Concluiu com uma defesa eloquente do município e, de modo particular, de sua atividade agrícola, um dos sustentáculos da economia local, condenando uma derradeira vez o empreendimento. João Batista Faria Neto, advogado, após enaltecer os valores e riquezas nacionais, destacou a energia como requisito indispensável ao desenvolvimento desta como de qualquer região, razão pela qual apoiava o empreendimento da AES, desde que gerido de modo a garantir a sustentabilidade. Indagou ao final de seu breve pronunciamento como se desenhará a plataforma social que a AES fará disponível à população. Gabriela Fortes Gonçalves argumentou que havia muito preconceito em torno da idéia de implantação de uma usina termoeletrica, e confessou que, daquilo quanto conhecia a respeito, o empreendimento traria numerosos benefícios à cidade, nada obstante os impactos que produziria. Ponderou, contudo, que os benefícios superavam os eventuais malefícios, e declarou acreditar na capacidade técnica dos órgãos ambientais para assegurar que o empreendimento seja por tudo e em tudo cuidadosamente monitorado, desde sua implantação e durante toda a fase de operação, de modo a tornar mínimos senão nulos os impactos ambientais dele decorrentes. Exortou os presentes a contribuírem para o aprofundamento do debate, e pressagiu que a solução ao final encontrada seja de fato a que melhor atende aos interesses do município. Luiz Carlos Rodrigues posicionou-se francamente favorável à implantação da usina em Canas, sobretudo em razão do que representará em termos de um renovado impulso ao desenvolvimento da região, gerando empregos e renda no município. Defendeu que referido empreendimento apresentava vantagens sobre as usinas hidrelétricas, quer por tratar-se de obra menos onerosa, quer por contribuir para a queima do lixo produzindo pelo município, evitando assim sejam abertos novos lixões, quer por excluir a necessidade de se inundar as cidades ribeirinhas, como usualmente o ocorre com as hidrelétricas. Antônio de Paiva Samahá C. Machado, ex-vereador pelo Município de Lorena, observou que o EIA-RIMA apresentado pelos empreendedores requer inúmeros aprimoramentos e correções, conforme aliás diagnosticado por técnicos ambientais, e que somente após implementados habilitarão o documento a ser reapreciado pelos órgãos ambientais. Qualificou de “covardia” a apresentação do projeto como realizada naquela audiência, repleto de inconsistências como se mostrou. Repudiou o fato de não se oportunizar adequadamente à população interessada o acesso aos estudos que constituem referido projeto, argüindo a nulidade do EIA-RIMA que o incorpora. Argüiu, outrossim, fosse também considerada nula a audiência pública realizada no dia anterior, sobre o mesmo projeto. Indagou dos técnicos responsáveis pelo empreendimento precisamente quanto distariam as instalações correspondentes à usina e dependências das áreas protegidas do Município de Lorena, especialmente da Floresta Nacional de Lorena, manifestando sua preocupação com a fauna e a flora locais. Euni Vieira Silva, pedagoga e membro do COMAM, declarou-se contrária à implantação da usina termoeletrica em Canas, desfilando em seguida os motivos que lhe sustentavam o posicionamento. Observou, preliminarmente, que o critério que elegia Canas para instalação do empreendimento era puramente econômico: a empresa instalar-se-ia nas proximidades do Rio Paraíba, com fácil acesso ao gás e à energia elétrica. Observou ainda que o projeto não contemplou os aspectos ambientais, sociais e culturais da região; enfim, desconsiderou seus próprios moradores. Além disso, relatou, olvidou da presença, no local, do centro de evangelização da Renovação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Carismática Católica, instalado no início do ano em curso, a menos de dois quilômetros da área escolhida para fixação da usina. Observou que, nada obstante a riqueza de detalhes que marca a confecção de um EIA, resultado do trabalho de técnicos altamente especializados, ignorou-se nos estudos a interferência sobre a Serra da Mantiqueira, a propósito do que manifestou sua preocupação com o aumento da poluição particulada e com a resultante das queimadas. Noticiou que, nessa época, aumentam significativamente os registros de doenças respiratórias, atendidos precária e insuficientemente pelos hospitais da região. Observou que a região não sofre a ação dos ventos, importantes dispersores da poluição, fato aliás também desconsiderado nos estudos de impacto ambiental, comprometendo sua validade, e ao final alertou para o prognóstico de presença, na região, de chuvas ácidas, por prazo não inferior a trinta anos. Maria Heloísa Ribeiro, cidadã canense, declarou que também se opunha à implantação do empreendimento em Canas. Dirigindo-se ao prefeito, queixou-se da falta de oportunidade às manifestações do COMAM, essenciais a uma adequada compreensão do empreendimento por parte da população e de quem mais se interessasse, ilustrando a queixa com denúncias a respeito. Ponderou que o exercício pleno da cidadania inclui o acesso irrestrito à informação. Patenteou sua preocupação com a pequena distância existente entre o centro de Canas e a localização prevista para o projeto, e reiterou seus protestos quanto à sonegação de informações sobre o empreendimento. Eduardo Venanzoni, estudante de arquitetura da UNESP de Ribeirão Preto e membro do grupo da Mocidade de Lorena, informou que, segundo dados do IBGE, a pobreza incide sobre 50% da população canense, o maior índice registrado no Vale do Paraíba. Refletiu que desenvolvimento econômico e social não se limitam principal e exclusivamente ao desenvolvimento da matriz industrial, e mencionou exemplos que corroboram essa premissa. Destacou a propósito o potencial turístico e a aptidão para a instalação de universidades e centros de pesquisa que caracteriza o município. Citou exemplo atinente à poluição em Guaratinguetá, causada pelas instalações da multinacional BASF, e cogitou se o mesmo problema não ocorreria com a fixação da usina termoeletrica da AES em Canas. Propugnou ao final uma vez mais pela defesa intransigente do meio ambiente e do turismo locais. Veridiana Mourão Leite, bióloga, indagou, tendo em vista que a usina emitirá, quando em atividade, mais de dois milhões de toneladas de CO²/ano, ou seja, quase cinco mil quilos ao dia, propôs que se plantasse, a título de compensação ambiental, doze milhões de mudas de árvores nativas na região do Vale do Paraíba, apenas para o primeiro ano de operação da usina, plantando-se a cada ano subsequente um número maior de árvores. Sérgio Ivan Said Fontanini, engenheiro químico, diagnosticou que as condições climáticas da região contra-recomendavam a implantação de um empreendimento dessa natureza. Por outro lado, ponderou, a AES detém a tecnologia necessária à implantação de um sistema que adote uma fonte de energia que não polua o município e, assim, se adapte melhor às necessidades e anseios da população local, e desfilou as conseqüências nefastas a que o atual projeto conduzirá, se implantado em Canas. Renata Gonçalves Tedeschi, doutoranda do IPI em meteorologia, questionou a qualidade dos estudos topográficos realizados pelo empreendedor, em sua opinião muito ruins. Ressaltou a ausência de dados mais precisos a respeito dos ventos na região que, enfatizou, eram bastante diversos daqueles observados em São José dos Campos ou São Paulo. Questionou o porquê da não inclusão da Serra da Mantiqueira nos estudos apresentados, e cogitou como essa inclusão modificaria as conclusões destes. Fez mais considerações sobre a pequena movimentação dos ventos na região, a modelagem de áreas desse porte e o período abrangido pelos estudos climáticos, inferior ao que se costuma adotar. Maria Cecília Rodrigues do Prado, engenheira ambiental, declarou considerar desrespeitosa a atitude tomada pela AES ao substituir o EIA inicialmente apresentado por



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

outro, sem que fosse este último tornado disponível e divulgado com a antecipação necessária para que os interessados tomassem ciência de seu inteiro teor. Nada obstante, observou conflitarem os índices de alguns poluentes, considerados aceitáveis pelo empreendedor e adotados na modelagem, com aqueles ditados pelo CONAMA e pelo CONSEMA. Registrou seu temor pelos impactos decorrentes do empreendimento sobre a agricultura local. Pedro Galvão Rodrigues do Prado, produtor rural de Canas, indagou como se dará a dispersão de poluentes, uma vez que durante 90% do ano Canas não sofre a ação de ventos, chamando a atenção entre outros complicadores para o fenômeno da inversão térmica. Celso Renato Cadorine, geógrafo residente em Taubaté, patenteou sua indignação com o projeto em discussão. Lembrou que o Estado de São Paulo, em obediência à Lei 13.738/2009, havia se comprometido internacionalmente com a redução dos gases de efeito estufa, em 20%, até o ano de 2020, e que, na contramão desse e de outros compromissos, licenciava empreendimentos aptos a causar enormes impactos ambientais como o ora em discussão. Ressaltou que usinas termoeletricas fazem uso de uma matriz suja, contribuindo para o aumento da pressão atmosférica, e exortou as populações diretamente afetadas a assumirem firme oposição ao empreendimento. Alertou para a necessidade de se realizarem audiências públicas em locais e horários que contribuam para a presença em peso do público interessado, tanto de Canas quanto dos municípios vizinhos. Pontuou que, ao tratar-se de impactos produzidos pela emissão de CO², cuidasse de impactos globais, e não apenas locais ou regionais. Reiterou sua oposição à implantação da usina da AES, ponderando que é absolutamente realizável prover-se o pleno desenvolvimento econômico de forma ambientalmente sustentável. Defendeu, ao final, que a matriz energética brasileira seja 100% limpa, e que a médio ou longo prazo o percentual de energia elétrica por que são responsáveis as termoeletricas seja reduzido a zero. Maxwell Gomes da Gama, estudante, indagou dos técnicos da AES qual a diferença entre a usina que se pretendi instalar em Canas e a usina já instalada em Angra dos Reis, e registrou sua oposição ao empreendimento. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Vagner Girondi Latorre, representante da Defensoria Pública de São Paulo, pontuou que há algum tempo, a pedido da sociedade civil e de movimentos populares da Regional da Defensoria Pública de Taubaté, vem promovendo eventos com o intuito de informar à população sobre o impacto socioeconômico da usina termoeletrica que se pretende implantar em Canas. Pontuou também que deve ficar registrado nesse documento público que a presente audiência deve ser declarada nula e outras devem ser realizadas no prazo de quarenta dias. Alegou, como motivo desses pleitos formulados à CETESB, o não cumprimento da exigência legal de que os estudos relacionados com a audiência devem ficar disponíveis ao público, no mínimo vinte dias antes da realização de cada audiência. E o órgão licenciador, até mesmo em decorrência das críticas que vêm sendo feitas aos estudos apresentados, alterou o exame da qualidade do ar, especificamente da região de Lorena e Cachoeira Paulista, e o tornou disponível há menos de uma semana, impedindo assim que a comunidade científica e a sociedade civil dele tomasse conhecimento, por não haver tempo hábil. Portanto, até mesmo para que seja dado cumprimento à Política Estadual de Mudanças Climáticas e pelo fato de o empreendimento causar impactos regionais, que novas audiências sejam realizadas em Lorena, São José dos Campos, Jacareí e Taubaté no prazo de quarenta dias e que todos os estudos, dados e levantamentos elaborados sobre o empreendimento, colocados à disposição da coletividade, no mínimo, vinte dias úteis antes da data estipulada para a realização de cada uma dessas audiências. Acrescentou, ainda, que a Defensoria Pública tem muita preocupação com a dificuldade natural da região – dadas as suas características naturais, físicas e geofísicas – no que concerne à dispersão dos poluentes. E ela fomenta, observou, o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

desenvolvimento sustentável, saudável, a geração de empregos dignos para a população, e, juntamente com os movimentos sociais, pede à AES que mude a matriz energética e transforme esse projeto, de modo que capte e utilize a energia solar. Evandro Gonçalves Chaves, vinculado ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade/FLONA/Lorena, observou que, inicialmente, não constava dos estudos quaisquer referências aos impactos que esse empreendimento causará na unidade de conservação Floresta Nacional de Lorena. Acrescentou que, com base nessa constatação, debruçou-se sobre o EIA/RIMA, especificamente sobre o que falava sobre a flora e a fauna existente nessa floresta, associando a esses dados as informações que já possuía – ter sido essa floresta criada em 2001 e possuir mais de 250 hectares, que ela é representativa para a comunidade lorenense, pois existe há mais de 30 anos, quando se iniciou o plantio de espécies exóticas. Relatou que, com o tempo, a Natureza cuidou de enriquecer a floresta, favorecendo a existência que hoje desfruta como uma área de várzea bastante diversa, fruto de uma história que se confunde com a da população de Lorena. Pontuou que, ao tomar conhecimento do projeto de implantação dessa usina termelétrica em Canas, a equipe especializada em fauna analisou o projeto, com base no EIA/RIMA, e nesse contexto verificou que, se por um lado, esse estudo não faz qualquer referência aos animais nem tampouco às espécies vegetais existentes, por outro lado – o mais preocupante –, com base nele, se depreende elementos que levam à convicção de que o empreendimento promoverá significativos impactos na fauna e na flora – principalmente emissão de poluentes, tornando possível que, num período de trinta anos, ocorra uma alteração na composição florística, em decorrência da alteração do PH do solo ou mesmo da queima das folhas das espécies florestais desse ambiente natural. Por esse motivo, observou, questiona por que essa floresta não foi considerada pelo EIA e qual a razão da discrepância entre caracterização florística e faunística que esse estudo apresenta e o que realmente existe. Enumerou as espécies vegetais e animais abrigadas nessa unidade – porco do mato, bicho preguiça, lobo guará – e lembrou que, recentemente, ocorreu um incêndio que atingiu 20% da área dessa unidade. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. José Roberto Mendes de Almeida, Vereador do Município de Canas, declarou que aproveitava o momento para fazer propaganda das verduras cultivadas em Canas, que eram orgânicas e as melhores entre as melhores da região. Fez duras críticas à situação que estava vivenciando, quando via serem desrespeitados todas as pessoas que se posicionavam favoráveis à implantação da usina no Município de Canas e aplaudidos àqueles que se manifestavam contrariamente. Elói Marcos de Souza, Vereador do Município de Cachoeira Paulista, declarou que juntamente com o Vereador José Carlos, que se encontrava presente, e contando com o apoio dos Vereadores Maximílio Miranda, Iran Esteves e Oscar -, reiterava o pedido anteriormente formulado de que se realizasse uma audiência em Cachoeira Paulista. Argumentou não ser contrário à implantação de uma usina termelétrica em Canas, mas preocupava-se, sim, com a possibilidade de ser piorada a qualidade do ar de seu Município, em decorrência da emissão de poluentes atmosféricos. Lembrou que Cachoeira Paulista, por diferentes razões, vem sendo onerado, por exemplo, com a disposição, em seu território, do lixo gerado no Vale do Paraíba - embora aquele que produz não usufrua de qualquer isenção, pois todo ele é pesado e pago pelos cofres públicos – e com a possibilidade de vir a ser deteriorada a qualidade do ar em decorrência da emissão de poluentes pela usina e de sua não dispersão, em decorrência das condições naturais da região. Lembrou que Cachoeira Paulista não enfrenta o problema da falta de energia, uma vez que a subestação de Furnas, em funcionamento no Município, envia energia para três Estados, e, além disso, está sendo revitalizada uma usina que se encontra abandonada há mais de quarenta anos. Roberto Bastos de Oliveira Junior, Vereador do Município de Lorena, lembrou,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

inicialmente, que, por solicitação sua e do COMMAM, foi realizada audiência pública na cidade de Canas, e que, juntamente com a representante da OAB – Subseção de Lorena, solicitou fosse anulada a audiência que ora transcorre, pelas razões já apresentadas, principalmente o desrespeito às regras legais. Solicitou à AES Tietê Ltda. que tratasse Canas, Lorena e Cachoeira Paulista com o devido respeito e protestou contra aqueles que demonstraram em suas manifestações desrespeito à população de Lorena, chamando-a de maleducada, porque, contrariamente a esse posicionamento, estimava população lorenense, até mesmo porque lutava pelo respeito a seu direitos, que ele igualmente defendia. Concluiu solicitando que se ampliasse a discussão sobre essa termoeletrica. José Antonio Marton Neto, Vereador do Município de Lorena, declarou inicialmente que estava representando do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Bruno Covas, e que esse era para a população de Lorena, um dia democrático por natureza. Argumentou que democracia não era bagunça, mas, sim, respeito aos posicionamentos contraditórios, respeito, acima de tudo, às pessoas, aos seus pensamentos, aos seus ideais, às crenças. Depois de declarar que a reunião solicitada pela Câmara Municipal só não aconteceu porque o Legislativo estava em recesso, informou sobre as iniciativas que tomou para que ela se realizasse. Pontuou que era um defensor árduo da produção de alimentos orgânicos, até mesmo por ter sido agricultor, e que saudava todos os agricultores presentes. Ao concluir, afirmou que protocolaria no CONSEMA moção aprovada pela Câmara Municipal de Canas apoiando a AES Tietê Ltda. Valdemir Vieira, Vereador do Município de Lorena, depois de declarar que falava em nome da população de Lorena, fez comentários a sua formação – doutorando pela Faculdade de Saúde da Universidade de São Paulo em enfermagem e saúde pública; enfermeiro concursado da Prefeitura de Lorena, ex-coordenador do Pronto Socorro da cidade de Lorena, e hoje enfermeiro da Unidade Básica de Saúde do Bairro Cruz. Pontuou que, embora conhecesse muito bem os problemas de saúde que afligiam a população de Lorena e de Canas, nãoalaria como doutor, mas, sim, como um caipira de Lorena, um caipira paulista, porque ser caipira não é ser burro. E isso porque o caipira tem sua cultura e sua tradição construídas com muito suor. Pontuou ser o Vale do Paraíba uma região muito sofrida, pois enfrentou o problema da monocultura da cana-de-açúcar durante a escravidão, depois os cafezais, cuja exploração levou ao desgaste das terras, pois feita sem nenhuma racionalidade, porque se tratava do século XIX. Entretanto, observou, o Vale do Paraíba foi-se industrializando e realizando sua vocação pastoril e agrícola. A alface orgânica como a pecuária leiteira são motivo de orgulho para todos. Entretanto, é preciso levar em conta a grande discussão quer perpassa os Municípios de Cachoeira Paulista, Canas, Lorena, Queluz, porque a questão que se discute diz respeito ao Vale do Paraíba como um todo, até mesmo porque a Rodovia Presidente Dutra não cumpre mais a função de rodovia, na medida em que se constitui em uma grande avenida que interliga as cidades, desde Guararema até Queluz. Portanto, observou, não dá mais para se pensar as cidades como únicas, mas, sim, todo o seu conjunto. Argumentou que seria egoísmo conceber a poluição como um problema afeto unicamente a Lorena ou a Cachoeira Paulista, porque até mesmo Guaratinguetá pode ser afetada pela poluição que será gerada nas cidades de Cruzeiro e Piquete. Referiu que as termoeletricas são uma novidade como o são também os estudos ambientais e estes quando afirmam que nascerão crianças anencéfalas e que, em decorrência da piora da qualidade do ar, aumentará a incidência de câncer no útero e no pulmão, esses fenômenos inquestionavelmente ocorrem. No entanto, enfatizou, é preciso levar em conta que todo empreendimento promove impacto ambiental, por menor que seja, e, sem dúvida, o ar pode passar de aceitável para ruim, e a cultura religiosa do Vale do Paraíba pode ficar prejudicada, porque ninguém quer rezar no meio de uma panela de pressão. Em contrapartida, em vez de uma termoeletrica, há



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

projetos de se implantar na região, com o dinheiro destinado ao campus da USP de Lorena, um pólo químico, que funcionaria como incubadora de empresas sustentáveis, ou seja, que podem não gerar poluição. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Jorge Farias, Diretor de Obras do Município de Canas, inicialmente declarou não ter encontrado nenhum indício de irregularidade no projeto da termoeletrica que conflite com a legislação ambiental vigente e demais legislações pertinentes que regulam a matéria, e que, por outro lado, os órgãos ambientais são altamente competentes para análises de empreendimento. Acrescentou que a finalidade dessa audiência, como de qualquer outra, é dirimir dúvidas, apresentar sugestões, fazer críticas, ou seja, contempla procedimentos inerentes ao processo democrático. Por outro lado, observou, o Município de Canas, como as cidades vizinhas, carece de desenvolvimento, e, juntas, devem lutar em busca do desenvolvimento e da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Bruno Reginato de Oliveira lembrou que, quando chegou a Canas para trabalhar, se deparou com um documento na porta do seu carro, que era uma carta aberta dirigida à população, cuja leitura o deixou surpreso, pois continha inúmeros erros ortográficos, os quais não o deixavam imaginar que fora escrito por uma professora. Acrescentou que, naquele exato momento teve a certeza de que a discussão do Projeto Termo São Paulo se fundamentaria, não em debates técnicos e científicos, mas meramente em debates políticos. Antonio Sidney Ferreira dos Reis, Diretor de Cultura e Turismo do Município de Canas, esclareceu que, quando foi a Macaé, com o intuito de observar o funcionamento de uma termoeletrica, pôde constatar que se tratava de uma indústria, que, como qualquer outra, não tem ruído acima do normal nem qualquer tipo de poluição. Verificou também que existia uma mata nativa a poucos metros da indústria, e, há oito metros, em linha reta a partir da porta da empresa, uma plantação de arroz imensa. Informou que existia também grande número de bovinos confinados para consumo, e, ao lado dessa termoeletrica – Termelétrica Norte Fluminense –, existia outra de propriedade da Petrobrás, que gerava 1 mil megawatts de potência. Pontuou que se estava deixando de fazer um grande debate sobre a questão ambiental, com pessoas competentes; que se estava duvidando da capacidade da CETESB – um dos órgãos mais conceituados da América Latina na questão ambiental - para analisar esse projeto, e duvidando também da legislação ambiental brasileira, que é uma das mais competentes, justamente porque levou em conta as experiências catastróficas ocorridas ao redor do mundo; e, por fim, que, por todos esses motivos se realiza na cidade de Lorena, não um debate técnico, mas, sim, político. Edmilson Artur Quintas, Vice-Prefeito do Município de Canas, declarou inicialmente que não se manifestaria na condição de vice-prefeito, mas de cidadão canense, pois em Canas tinha uma família – três filhos e um bebezinho de 10 meses –, para os quais desejava o melhor, como também para a sociedade de Canas, de Lorena e das cidades vizinhas. Declarou-se favorável à implantação da usina porque via nesse grande empreendimento a oportunidade de Canas dá um salto de arrecadação e de o Vale do Paraíba ter um suplemento energético capaz de incentivar o desenvolvimento. Isso não significava – argumentou – que a cidade trabalhará dia e noite, mas que contribuirá para o abastecimento da região. Sem dúvida, observou, é importante o problema da poluição, mas, quando ele foi abordado, percebeu não ter sido dado crédito à CETESB e aos órgãos fiscalizadores que trabalham diuturnamente para que não ocorram aberrações. Lembrou que experiências desagradáveis também ocorreram em outros países, como é o caso da Chernobyl entre outras, que viveram dissabores e que hoje pagam um preço alto por isso. Reiterou que a CETESB e os órgãos fiscalizadores têm embasamento técnico-científico e vão saber discernir e dizer sim ou não à AES Tietê. Prosseguiu reiterando sua pretensão de que Canas dê um salto na arrecadação, incremente sua economia, pois o Município é pobre, sua receita é pequena, mas, se o dinheiro



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

público for bem-administrado, ele pode reverter em benfeitorias na área de saúde, de infraestrutura e de educação. Argumentou que entendia porque a concentração de poluentes causava tanta polêmica, mas, sem dúvida, esse fenômeno pode ser objeto de análise aprofundada a ser feita tanto pela AES Tietê como pelos órgãos fiscalizadores. Ao concluir declarou ter achado proveitosa a discussão, e que, se em alguns momentos houve especulação política, isso é normal, pois onde há interesses há especulação política. Reiterou ser necessário promover o desenvolvimento, pois, como é sabido, recentemente foi descoberta uma reserva do pré-sal – cuja utilização deve ser feita de forma ordenada –, e se pode construir, agora, uma termoeletrica, logo depois, uma hidrelétrica, e, quem sabe, logo a seguir uma usina eólica. Portanto, ou se acredita nas pessoas, no homem, nos órgãos competentes e na legislação brasileira ou se fecha a porta e se vai embora para outro país. Carlos Augusto Leite Januseli, Chefe de Gabinete da Prefeitura do Município de Canas, elogiou o fato de o legislativo e o executivo do Município postularem, desta feita, um objetivo comum. Lembrou que a atual Administração luta pelo progresso e por sua sustentabilidade ambiental, e que, desde o início, é favorável à implantação da termoeletrica, que produz energia por meio de calor. Lembra-se que ainda muito jovem ouviu que a riqueza de um país se mede pela sua disponibilidade energética. Ao final declarou que confia na CETESB e no CONSEMA e duvida de que a instalação e o funcionamento dessa usina sejam abandonadas pela fiscalização. Elói Arssídio Trojan, Secretário de Obras e de Serviços Urbanos do Município de Uruguaiana do Rio Grande do Sul, declarou ter sido convidado pela AES para dar um depoimento sobre o que representou o funcionamento da Usina Uruguaiana para o Município. Em primeiro lugar, declarou, nunca ocorreu, nos nove anos de funcionamento da usina nenhum dano ambiental, mas, pelo contrário, fomentou a criação, ao seu lado, de gado, de ovinos e equinos e o cultivo de um jardim botânico com 12 hectares. Acrescentou que, até o ano 2000, o orçamento de Uruguaiana era de 40 milhões reais e que, com o funcionamento da usina, a receita cresceu, chegando em 2005 a 123 milhões de reais, mas, hoje, infelizmente, pelo não cumprimento, por parte da Argentina, do contrato com AES Uruguaiana, seu funcionamento foi suspenso e orçamento começou a diminuir. Declarou que era preocupado, também na condição de produtor rural, com a estabilidade ecológica. Pontuou que a legislação ambiental do Rio Grande do Sul é muito exigente, mas nunca fez qualquer acusação à AES Uruguaiana. Acrescentou que aproveitava essa oportunidade para solicitar à direção da AES Brasil para que faça um esforço para que a Termoeletrica Uruguaiana retome suas atividades, uma vez que a produção de arroz, que antes da instalação da usina era 60 mil hectares, com seu funcionamento passou para 100 mil hectares. Por todas essas razões, observou, a população de Canas tinha de pensar muito antes de tomar uma decisão e que levem em conta o dito popular gaúcho que diz: “O cavalo está passado estilhado, se não aproveitar, está tudo perdido”. Sérgio Fortes, Secretário de Saúde do Município de Canas, relatou sua bem-sucedida experiência na capital manauense, onde a alternativa termoeletrica substituiu, com pouca ou nenhuma desvantagem o modal hidrelétrico de implantação inviável na região. Reynaldo Benedito Timóteo Zanin, Prefeito do Município de Canas, agradeceu a presença de todos e declarou seu irrestrito apoio ao empreendimento, convicto de que ele representará desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população canense. Informou haver celebrado convênio no último 15 de agosto com seis empresas que se instalarão em breve no município e noticiou a construção, em curso, da sede nacional Renovação Carismática Católica no Brasil. Rodrigo Sartori, Gerente de Projetos da AES Tietê, declarou, inicialmente, que em nenhum momento o plano de comunicação elaborado não foi sério ou escondeu alguma informação, pois, muito antes da audiência pública realizada em Canas, foram feitas apresentações do projeto, inclusive em escolas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

públicas do Município, e, desde então, nenhuma norma informação foi produzida e veiculada. Tentamos, isso, sim, responder às questões formuladas por ocasião da audiência pública realizada em Canas, principalmente sobre a dispersão dos poluentes, pois, sem negar todas as informações e dados anteriormente fornecidos, o que fizemos foi ampliar o estudo, na tentativa de demonstrar nosso acerto e esse nosso esforço está sendo considerado como erro e, também, como descaso para com a população, como se estivéssemos movidos pela vontade de enganá-la. Estamos sendo criticados pela transparência utilizada em nossa comunicação, pois nunca tentemos omitir de que o empreendimento causará impacto ambiental, embora ambientalmente seja viável. Informamos que a água de descarte não trará prejuízos para a agricultura e que sempre respeitaremos o padrão de emissão atmosférica. Enfatizou que o objetivo da empresa é tão somente gerar e distribuir energia de forma séria e sustentável, motivo por que ela está presente em vinte e nove países. Esclareceu que a AES saldou sua dívida com o BNDES, que se tornou um acionista da AES, e que, se esse projeto for para frente, se gerar lucros, ou se ele não deslançar e gerar dividendos, tudo será distribuído com o BMDES. Lembrou que a visita à Macaé foi uma iniciativa da empresa para fazer frente a demanda surgida durante o ciclo de comunicação, e o objetivo era ser transparente e oferecer aos interessados a oportunidade de conhecer de perto o descarte de água, a torre de chaminé, a cor das emissões atmosféricas - que não são pretas e nem são material particulado e que tampouco contamina -, pois se poderia observar de perto a produção agrícola que existe ao lado e também a produção de carne de boi. Pontuou que acredita no processo de licenciamento conduzido pela CETESB e que, certamente, a usina não funcionará se não forem verdadeiras todas as informações que constam dos estudos e que foram transmitidas à população por ocasião das audiências e reuniões públicas. Reiterou que, se essas informações, não forem condizentes com a realidade; se a usina não for concordante com os padrões estabelecidos pelo órgão que licencia; se não estiver nos limites de preço que a faça competitiva para vencer o leilão e fornecer energia por um custo competitivo a um Brasil que precisa crescer, de nada adiantava enganar a população com informações mentirosas. Lembrou que o plano de comunicação não se encerra aqui, faz parte do EIA desde o momento em que ele foi protocolado na CETESB, ou seja, ele já existia antes e continuará existindo depois das audiências, até que a planta seja efetivamente construída e comece a operar. Concluiu afirmando que a AES tem compromisso com a qualidade do ar e com a dinamização da economia, motivo por que dará prioridade a mão de obra local. Ricardo Simonsen, Diretor da Mineral Engenharia e Meio Ambiente, declarou que tentaria responder aos questionamentos, que foram muitos, mas bastante similares, o que lhe permitiria listar alguns. Em primeiro lugar, que a solicitação de estudos e levantamentos complementares era uma prática normal no processo da análise ambiental de empreendimentos, e de não ter visto nem tido conhecimento de que um EIA/RIMA fosse aprovado no Estado de São Paulo sem pedido de esclarecimentos ou complementações, por parte da CETESB. Acrescentou que, quando se trata de temas técnicos, complexos e delicados, como o são aqueles abordados em um EIA, divergências na forma de abordagem, adoção de diferentes premissas ou de chave diversa daquela proposta pela modelagem matemática, em outras palavras, tudo o que dá lugar a resultados diferentes enseja formulação de pedido de explicação. No caso dessa usina, alegou, com o intuito de obter uma boa certeza, estatisticamente falando, de que algo que acontecerá no futuro no tocante à dispersão de poluentes terá alguma semelhança com o que aconteceu no passado, a CETESB entendeu ser mais adequado fazer isso com os dados mais restritivos que existem, que são aqueles intrínsecos ao modelo da agência ambiental norteamericana. Em outras palavras, entendeu adequado e pertinente refazer a modelagem da dispersão atmosférica com um conjunto de dados o mais conservador



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

possível. E os resultados foram muito similares aos resultados da primeira rodada do modelo. Pontuou que todos os padrões estão sendo respeitados os padrões – tanto aquele que olha na boca da chaminé como os que se concentram no meio ambiente, ou no rio ou no ar ou no solo –, todos estão sobejamente atendidos. Argumentou que o EIA/RIMA é um documento altamente complexo, e não se pode olhar para uma página e ler, pois tem que ser analisado sistematicamente, e não um por uma única pessoa, mas por um conjunto de especialistas. Informou que, quando se vai à CETESB discutir um EIA, sentam-se à mesa especialistas da área de emissão atmosférica, da área de meteorologia, de área de modelagem entre outra. Argumento também que padrão não faz parte de sua natureza tampouco da natureza da empresa que representa. Divergência de opinião, algum erro técnico, isso pode ocorrer, mas se tem a segurança do crivo da CETESB, quando realiza a análise. Declarou que reiterava o que já havia informado anteriormente, ou seja, que, de acordo com os resultados da modelagem efetuada tanto na primeira como na segunda situação, esta termoeletrica sozinha não exaurirá a capacidade de suporte do meio ambiente no que tange à poluição do ar. Há, ainda, acrescentou, espaço para novos empreendimentos, caso a comunidade tenha interesse de que seja implantado empreendimentos que gerem 1 mil ou 1 mil e 500 empregos e que gerem também emissões atmosféricas. Informou ter sido primeiramente contemplada a definição do local. Informou também que a poluição por material particulado em turbinas não é uma questão que traga preocupação, pois não existe formação de quantidades que merecem atenção especial para este poluente, assim como não existe de CO, e de dióxido de enxofre. Existe preocupação, sim, com a emissão de óxidos de nitrogênio que são formadores de ozônio. Entretanto, ponderou, o termo de referência emitido pela CETESB para esse empreendimento não levou em conta o ozônio porque ele não é emitido pela termoeletrica, é formado na atmosfera depois de sua emissão na presença de luz solar, óxidos de nitrogênio e compostos orgânicos voláteis. Esclareceu também que os compostos orgânicos voláteis são uma família de mais de quinhentos compostos com graus de reatividade diferentes. E que, portanto, a modelagem do potencial de formação de ozônio é praticamente impossível, principalmente porque ele viaja muito. Existem, por exemplo, registros de picos de ozônio em Caraguatatuba, decorrentes de massas de ar que se deslocaram de Volta Redonda – fala-se, portanto, de centenas de quilômetros de distância. Por conseguinte, adiantou, não se trata de fenômeno local, motivo por que ele não foi feita sua modelagem. Informou que as unidades de conservação foram contempladas pelo EIA, pois se trata de exigência legal abordá-las quando o empreendimento produz nelas interferências. Pontuou que a termoeletrica, por si, não produz interferência em nenhuma unidade, mas a adutora, ou seja, sua tubulação que transportará a água do Rio Paraíba para a termoeletrica. Na visão dos técnicos que elaboraram o EIA, dada a distância da Flora, a separação da Flora pela Rodovia Presidente Dutra, que é uma barreira tanto para os animais como para a propagação de ruídos como também para a poluição atmosférica, eles não entenderam ser necessário esmiuçar essa questão do impacto na Flora. Entretanto, o Instituto Chico Mendes solicitou que mudássemos o enfoque, ou seja, em vez de nos sentarmos na termoeletrica e olharmos a Flora, nos sentássemos na Flora e olhássemos a termoeletrica, e que, portanto, era preciso mostrar que não há impactos. Explicou que, por essa razão e pelo fato de o plano de manejo dessa unidade não ter ainda sido aprovado, foi necessário elaborar um estudo. Explicou que a interferência do empreendimento em mais de um Município é a razão de ser do licenciamento estadual, pois, se ele interferisse em apenas um Município, ou seja, se seu impacto fosse somente local ele poderia ter sido licenciamento pos órgãos ambientais do Município de Canas, desde que tivessem convênio com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Argumentou que, respondendo a série de ataques feitos ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

EIA/RIMA, tinha a dizer que a Mineral Engenharia e Meio Ambiente, é uma empresa com quase vinte anos de existência, tendo realizado mais cem EIAs/RIMAs em todos os Estados do Brasil e, também, no Uruguai, Líbia e Angola, e que, atualmente, trabalha no licenciamento das obras de exploração do pré-sal, de responsabilidade da Petrobrás. Esta é a resposta que oferece àqueles que criticam a qualidade dos estudos realizados pela empresa. Concluir afirmando que acreditava ter dirimido algumas dúvidas - embora, sem dúvida, algumas ainda persistam, no tocante à qualidade do ar, às emissões atmosféricas e ao tipo de análise realizada no contexto da elaboração de Estudos de Impacto Ambiental, cuja principal premissa para análise é: “nunca pegar uma única página e, a partir dela, fazer afirmações”. Celso Mazotini Saes, representante da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, declarou que fazia parte de uma equipe interdisciplinar, que conta com a participação de vários especialistas – no tocante à qualidade do ar, da água, das emissões atmosféricas, entre outras, esclareceu que uma resolução CONAMA recentemente adotada estabelece critérios para consulta aos órgãos gestores. Reiterou o ponto de vista de Ricardo Simonsem, no que concerne a exigências de estudos complementares, de que se trata de procedimento normal, desde que haja deficiência de informação, colocando-se a necessidade de se atualizarem os seus dados. Ana Maria Gouvea, representante das entidades ambientalistas cadastradas na Secretaria do Meio Ambiente, pontuou que reiteraria as ponderações feitas por ocasião da audiência pública realizada em Canas. Em outras palavras, não ser necessária apenas a consulta ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, mas também ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat, porque o Estado de São Paulo tem interesse em preservar seus sítios arqueológicos. Declarou que ficara contente com as informações de que os fluxos de vento que ocorrem entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira foram considerados pelos estudos. Observou que as organizações da sociedade civil precisam se inteirar melhor do que acontece nos conselhos do Estado, pois, contrariamente ao que se afirmou durante a audiência de que eles de nada servem, pois são importantes suas discussões e decisões. Argumentou que ficou triste com essa afirmação, pois, como se pôde comprovar com essa audiência, que iniciada às 17 horas ainda continua às 24 horas, são questões importantes que se discutem em oportunidades como essa. Acrescentou que, embora fosse filiada a um partido que se posicionava contrariamente àquele ao qual era filiado o Secretário de Meio Ambiente, Deputado Bruno Covas, admirou sua lisura nas posições que tomou e encaminhando que deu por ocasião das plenárias do CONSEMA das quais participou. Convidava a todos a comparecerem às reuniões desse Conselho, cujas portas estavam abertas para todos. Pontuou que as convicções de cada um devem ser conscientes e cidadãos, não se utilizando, para sustentá-las, de opiniões que denigrem trabalhos conscientes e de muito valor. Lembrou que o CONSEMA é uma conquista da sociedade, e que se deveria deixar de lado os ataques pessoais e as convicções políticas e pensar no coletivo com seriedade. Declarou que gostou muito de participar das duas audiências realizadas em Canas e Lorena, porque aprendeu muito, e que seria desonesta com os colegas ambientalistas cadastrados na Secretaria de Estado do Meio Ambiente se não rebatesse essas críticas. E, como mais nada foi dito, deram-se por encerrados os trabalhos da audiência. A Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA declarou que todas as pessoas interessadas que tiverem ainda interesse de contribuir para o aprimoramento do projeto tinham o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para encaminhar sua contribuição, ou protocolando-a diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA ou no órgão que licencia, a Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA/CETESB, ou encaminhando-a através dos correios ou por meio eletrônico para o endereço consema.sp@ambiente.sp.gov.br. Durante a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

audiência foram entregues os seguintes documentos: 1) Correspondência encaminhada pelo Sr. Roberto Bastos de Oliveira Junior, vereador” Totó”, do Município de Lorena; 2) Correspondência encaminhada pelos senhores José Carlos Gomes, Osvaldo Luiz Silva, Maximilium Miranda de Souza, Elói Marcos de Souza, Iran Estevam Barboza e Oscar Augusto Resende de Oliveira, vereadores do Município de Cachoeira Paulista; 3) Questionamentos encaminhados pelo Sr. Luiz Santos Cobianchi, representante do COMAM/Lorena e pela Associação dos Amigos do Centro da Cidade de Lorena-AMICE; 4) Documento encaminhado pelo Sr. Vinícius Garcia Mattei, presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Lorena-COMAM; 5) Ofício COMAM-Lorena nº 013/211, encaminhado pelo Sr. Vinícius Garcia Mattei, presidente do COMAM; 6) Correspondência encaminhada pelo Sr. Eduardo Hookawa; 7) Correspondência encaminhada pelo Sr. Carlos Antero da Silva Neto, representante da Associação Cultural Tropeira de Lorena; 8) Questionamentos encaminhados pela Sra. Regina Paula R. Faria; 9) Questionamentos encaminhados pela Sra. Euni Vieira e Silva; 10) Questionamentos encaminhados pela Sra. Renata Gonçalves Tedeschi; 11) Questionamentos encaminhados pelo Sr. Bruno Rodrigues do Prado; 12) Questionamentos encaminhados pelo Sr. Tiaraju M. Fialho; 13) Questionamentos encaminhados pela Sra. Rosa Maria Parente Tuner; 14) Questionamentos encaminhados pelo Sr. Luiz Felipe César; 15) Questionamentos encaminhados pelo Sr. Ricardo Minghi; 16) Questionamento encaminhado pelo Sr. João Vicente J. Rodrigues; 17) Questionamentos encaminhados pelo Sr. Fernando Pereira; 18) Questionamentos encaminhados pelo Sr. Celso Renato Cadorini; 19) Moção de Apelo nº 15/2011, encaminhado pelo Sr. João Antônio Marton Neto, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Canas; 20) Correspondência encaminhada pela Sra. Paládia de Oliveira Romeiro da Silva; 21) Questionamentos encaminhados pela Sra. Laura Reis Schmidt Romeiro; 22) Questionamentos encaminhados pelo Sr. Bruno N. de Almeida; 23) Questionamentos encaminhados pela Sra. Sandra Regina Gomes; 24) Protesto encaminhado pela Sra. Maria Tereza Antero da Silva Paladini, vice-presidente da Associação dos Moradores de Nova Lorena e do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Lorena; 25) Questionamento encaminhado pelo Sr. José Fernando Pesquero; 26) Questionamentos encaminhados pelo Sr. Antônio de Pádua Samahá Cardoso Machado; 27) Questionamentos encaminhados pela Sra. Celise Renart; 28) Questionamentos encaminhados pelo Sr. Adilson Roberto Gonçalves; 29) Relatório da visita à Usina Termoeletrica Norte-Fluminense, do Grupo Electricité de France-EDF, encaminhado pelo Sr. Paulo Sérgio de Sena; 30) Questionamentos encaminhados pelo Sr. Elton Perilo Ferreira Leite; 31) Solicitação encaminhada pela Sra. Alexandre Andrade, representante do Instituto Oikos de Agroecologia; 32) Solicitação encaminhada pelo Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Paraíba-CODIVAP, assinado pelos Prefeitos dos Municípios de Aparecida, Caraguatatuba, Arapeí, Cruzeiro, Bananal, Cunha, Areias, Guararema, Caçapava, Guaratinguetá, Cachoeira Paulista, Igaratá, Campos do Jordão, Ilhabela, Canas, Jacareí, Jambéiro, Paraibuna, Lagoinha, Piquete, Lavrinhas, Pindamonhangaba, Lorena, Potim, Mogi das Cruzes, Queluz, Monteiro Lobato, Redenção da Serra, Natividade da Serra, Roseira, Nazaré Paulista, Salesópolis, Santa Branca, Silveiras, Santa Isabel, Taubaté, Santo Antonio do Pinhal, Tremembé, São Bento do Sapucaí, São Sebastião, São José do Barreiro, São José do Barreiro, São José dos Campos e São Luís do Paraitinga, respectivamente Márcia Siqueira, Antonio Carlos da Silva, Edson de Souza Quintanilha, Ana Karin Dias de Almeida Andrade, David Luís Amaral de Moraes, Osmar Felipe Junior, José Antonio Fernandes, Márcio Luiz Albino de Souza, Carlos Antonio Vilela, Antonio Gilberto Filippo Fernandes, Fabiano Antonio Chalita Vieira, Elzo Elias de Oliveira Souza, Ana Cristina Machado Cesar, Antonio Luiz Colucci, Rinaldo Benedito Thimóteo, Hamilton Ribeiro



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Mota, Carlos Alberto de Souza, Antonio Marcos de Barros, José Sérgio de Campos, Otacílio Rodrigues da Silva, José Luiz da Cunha, José Antonio Salgado Ribeiro, Paulo César Neme, Benito Carlos Thomaz, Marco Aurélio Teraoli, José Celso Bueno, Gabriel Vargas Moréias, José Carlos Fonseca, João Batista de Carvalho, Marcos de Oliveira Galvão, Mário Antonio Pinheiro, Antonio Adilson de Moraes, Luiz Fernando de Souza Leme, Maria Rozana Lacerda Pedroso Togeiro, Hélio Buscarioli, Roberto Pereira Peixoto, Joe Augusto de Guarnieri Pereira, José Antonio de Barros Neto, Idelfonso Mendes, Ernane Bilotte Primazzi, Arthur Brbosa Pinto, Eduardo Pedrosa Cury e Ana Lúcia Bilard Sicherle; 33) Requerimento encaminhado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo e assinado pelo Defensor Público Wagner Giron de La Torre e pela Defensora Pública Thaís de Assis F. Guimarães Aiello; 34) Ofício nº 20/01, encaminhado pelos Senhores Nelson Jesus Ferreira, Evelyn Márcia Leão de Moraes Novo e Romeu Simi Junior; e 35) Abaixo-assinado contrário à implantação da Usina Termo Elétrica, com cinquenta (50) assintauras. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa reunião. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, gerente do Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.